

Daniel de Paiva Gomes

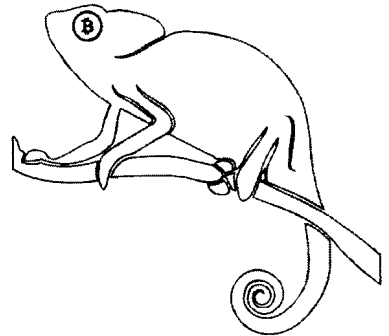
BITCOIN

A Tributação de Criptomoedas

Da taxonomia camaleônica à tributação de criptoativos sem emissor identificado

Apresentação: Mario Engler

Prefácios: Tathiane Piscitelli e Flávio Rubinstein



De acordo com a Instrução Normativa
RFB 1.888/2019

Assista a este vídeo
de apresentação
gratuito



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Ana Amália Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourí

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourí

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Angela Daniel, Cristiane Teixeira, Maria Angélica Leite e Renata Borowski Gonçalves Batista

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gomes, Daniel de Paiva

Bitcoin : a tributação de criptomoedas. Na taxonomia camaleônica à tributação de criptoativos sem emissor identificado. / Daniel de Paiva Gomes. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-819-9

1. Bitcoin 2. Blockchains (Base de dados) 3. Criptomoedas - Impostos 4. Criptomoedas - Tributação 5. Direito tributário 6. Investimentos 7. Moeda - Inovações tecnológicas I. Título.

21-55921

CDU-34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Bitcoin : Tributação : Direito tributário 34:336.2

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR.....	5
AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO – TATHIANE PISCITELLI.....	13
PREFÁCIO – FLAVIO RUBINSTEIN	17
INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	35
1.1. Criptoativos, moedas digitais, moedas virtuais, criptomoedas e <i>tokens</i> digitais: conceitos, características e classificação	35
1.2. <i>Bitcoin</i> : breves considerações históricas, técnicas e econômicas.....	70
1.3. O funcionamento do <i>Bitcoin</i> e o modo como se desenvolvem as transações com <i>bitcoins</i>	82
CAPÍTULO 2 – INVESTIMENTO EM CRIPTOMOEDAS E O ICMS	101
2.1. Os limites materiais do fato gerador do ICMS e o conceito de mercadoria....	101
2.2. A impossibilidade de incidência de ICMS sobre a compra e venda de criptomoedas.....	125
2.3. A controvertida incidência de ICMS na importação de criptomoedas.....	131
CAPÍTULO 3 – INVESTIMENTO EM CRIPTOMOEDAS E A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO, SEGURO E TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	135
3.1. Considerações preliminares	135
3.2. Criptomoedas e o IOF-câmbio: uma análise do conceito de moeda sob o prisma econômico e jurídico	137
3.2.1. A materialidade do IOF-câmbio	137
3.2.2. O conceito de moeda sob a perspectiva econômica: moeda enquanto meio de troca universalmente aceito que possui unidade de medida própria e que se presta a ser um meio de reserva de valor.....	143
3.2.3. O conceito de moeda sob a perspectiva jurídica: as noções de poder liberatório, curso legal e curso forçado	157

3.2.4. A (im)possibilidade de equiparação das criptomoedas às moedas estrangeiras	163
3.2.5. Criptomoedas e o significado da expressão “documento que representa moeda nacional ou estrangeira”: é possível a incidência do IOF-câmbio?	168
3.3. Criptomoedas e o IOF-crédito.....	169
3.3.1. O sujeito passivo do IOF-crédito e a (im)possibilidade de incidência do imposto sobre operações com criptomoedas	171
3.3.2. O significado da expressão “operações de crédito”: limites do fato gerador do IOF-crédito e a (im)possibilidade de incidência desse imposto sobre operações com criptomoedas	182
3.4. Criptomoedas e o IOF-títulos e o IOF-valores mobiliários	186
3.4.1. O significado da expressão “títulos mobiliários”: limites do fato gerador do IOF-títulos e a (im)possibilidade de incidência desse imposto sobre operações com criptomoedas	187
3.4.2. O significado da expressão “valores mobiliários”: limites do fato gerador do IOF-valores mobiliários e a (im)possibilidade de incidência desse imposto sobre operações com criptomoedas	191
 CAPÍTULO 4 – A TRIBUTAÇÃO FEDERAL DE INVESTIMENTOS EM CRIPTOATIVOS SEM EMISSOR IDENTIFICADO: IMPOSTO DE RENDA, PIS/COFINS E TRATADOS INTERNACIONAIS	203
4.1. Os investimentos em criptoativos sem emissor identificado e a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou de proventos de qualquer natureza.....	203
4.2. A tributação dos valores advindos de investimentos em criptomoedas feitos por pessoas físicas.....	212
4.2.1. O entendimento da Receita Federal do Brasil sobre o tema.....	212
4.2.2. A problemática da tributação da “alienação em partes do mesmo bem ou direito” no caso da alienação de investimentos em criptomoedas de titularidade de pessoas físicas.....	220
4.3. A tributação das criptomoedas de titularidade de pessoas jurídicas.....	227
4.3.1. A tributação das criptomoedas de titularidade de pessoas jurídicas: diferenças entre o lucro real e o lucro presumido e a relevância do objeto social do contribuinte	228
4.3.2. Os impactos das normas contábeis na tributação de criptomoedas de titularidade de pessoas jurídicas.....	230
4.3.2.1. A (im)possibilidade de subsunção das criptomoedas aos conceitos contábeis de “caixa” e “equivalentes de caixa”....	236
4.3.2.2. A subsunção das criptomoedas ao conceito de ativo financeiro: prevalência da orientação da Receita Federal do Brasil na qualificação das criptomoedas	238

4.3.2.3. A impossibilidade de subsunção das criptomoedas ao conceito de “ativo financeiro”	242
4.3.2.4. A impossibilidade de subsunção das criptomoedas ao conceito de “propriedades para investimento”	249
4.3.2.5. A possibilidade de subsunção das criptomoedas ao conceito de ativos intangíveis	251
4.3.2.6. A possibilidade de subsunção das criptomoedas ao conceito de estoque	257
4.3.2.7. A impossibilidade de subsunção das criptomoedas ao conceito de “commodities”	265
4.3.2.8. Possíveis soluções para a problemática da contabilização de investimentos em criptomoedas	268
4.4. As funcionalidades do <i>coin control</i> e as regras presuntivas “ <i>Last in, First Out</i> ” e “ <i>First in, First Out</i> ”: impactos na apuração do Imposto de Renda	270
4.5. A aquisição de bens, serviços e criptomoedas por meio de outras criptomoedas: apuração de ganho de capital na permuta?	280
4.6. O Imposto de Renda e os fenômenos do <i>hard fork</i> e do <i>soft fork</i>	287
4.6.1. Breves considerações técnicas relativas ao <i>soft fork</i>	287
4.6.2. Breves considerações técnicas relativas ao <i>hard fork</i>	289
4.6.3. Implicações tributárias do <i>soft fork</i> e do <i>hard fork</i>	290
4.7. O Imposto de Renda e a aquisição originária de criptomoedas pelo validador da operação: da mineração ao <i>staking</i>	299
4.8. Criptoativos sem emissor identificado e os Tratados Internacionais para evitar a Dupla Tributação da Renda e do Capital	308
4.9. Criptomoedas e a incidência da contribuição ao PIS e da COFINS	325
CAPÍTULO 5 – COMPLIANCE TRIBUTÁRIO NOS INVESTIMENTOS EM CRIPTOMOEDAS	333
5.1. O impacto das criptomoedas no <i>compliance</i> tributário: contrapontos com as garantias fundamentais da intimidade, da privacidade e do sigilo de dados	333
5.2. O Código Tributário Nacional enquanto lei complementar limitadora dos poderes de fiscalização das autoridades tributárias e dos deveres instrumentais: a problemática envolvendo a IN RFB 1.888/2019	343
5.3. Aspectos práticos da IN RFB 1.888/2019	356
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS	361
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	379